

<p>i</p> <p>12-10-2018</p>	<p>Periodicidade: Diária</p> <p>Classe: Informação Geral</p> <p>Âmbito: Nacional</p> <p>Tiragem: 80000</p> <p>Temática: Justiça</p> <p>Dimensão: 1914 cm²</p> <p>Imagem: S/Cor</p> <p>Página (s): 1/2/3</p>
----------------------------	--



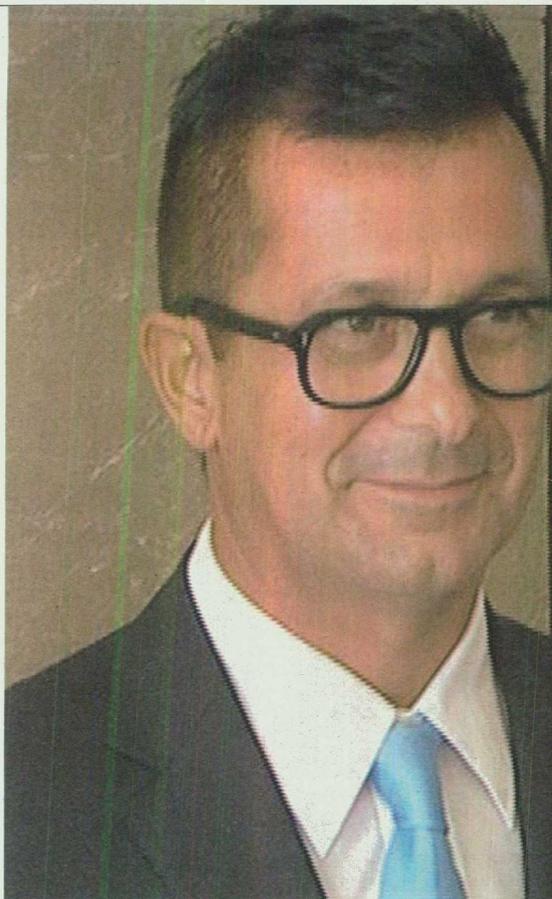
E-toupeira.
Mais um
megaprocesso
distribuído a Ivo
Rosa // PÁGS. 2-3



Radar

Juiz Ivo Rosa ficou em exclusividade na Operação Marquês e será a magistrada Ana Peres a ficar com a instrução do caso e-toupeira

DR



E-toupeira. Mais um megaprocesso distribuído a Ivo Rosa

Na última terça-feira foi distribuída ao juiz Ivo Rosa a instrução do caso em que funcionários judiciais são suspeitos de terem passado informações secretas ao Benfica.

Mas como o magistrado está em exclusividade no caso Marquês, será a juíza Ana Peres a substituí-lo

CARLOS DIOGO SANTOS
carlos.santos@ionline.pt
FELÍCIA CABRITA
felicia.cabrira@ionline.pt

Mais um megaprocesso foi parar às mãos do juiz do Tribunal Central de Instrução Criminal Ivo Rosa. Desta vez foi a instrução do chamado caso e-toupeira, que tem como arguidos a Benfica SAD e o antigo assessor jurídico dos encarnados Paulo Gonçalves.

O Departamento de Investigação e Ação Penal (DIAP) de Lisboa acusou ainda dois funcionários judiciais, suspeitos de terem acedido a processos que

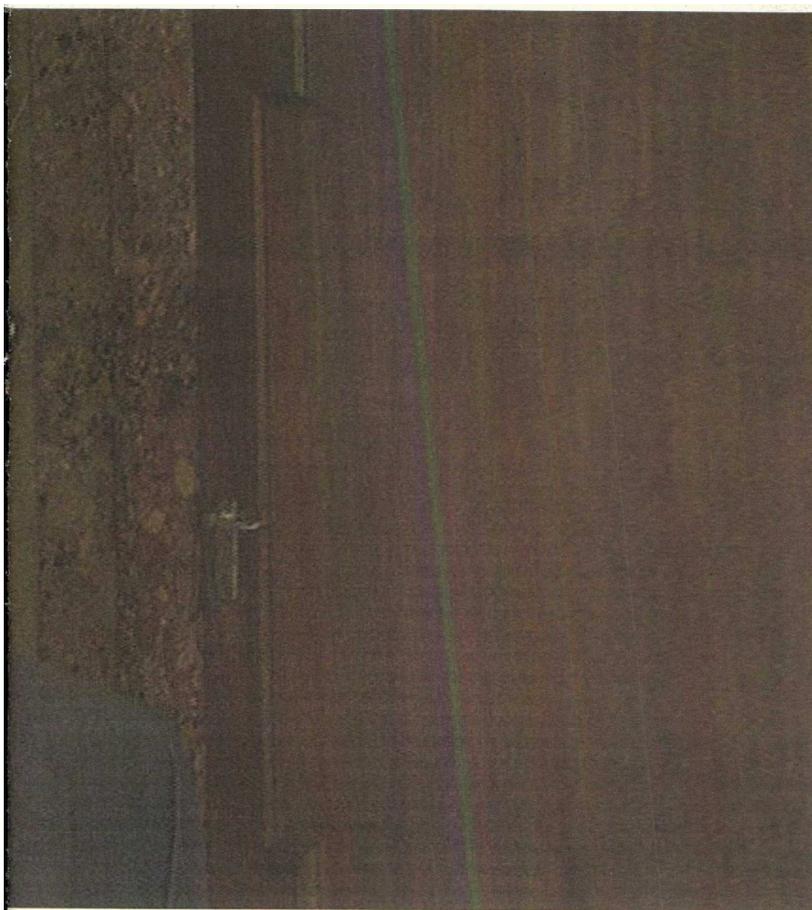
corriam na justiça para passar informações ao Benfica.

Apesar de ter sido distribuída ao juiz Ivo Rosa na última terça-feira, a instrução deverá ficar a cargo da juíza Ana Peres, dado que o magistrado pediu exclusividade para a instrução da Operação Marquês, tendo ficado apenas com este caso e o dos colégios GPS, que está na mesma fase processual, ou seja, de instrução – fase facultativa pedida pelos arguidos para que um juiz analise se há indícios suficientes para irem a julgamento.

O Conselho Superior da Magistratura já tinha feito saber que aprovou a exclusividade, indi-

Periodicidade: Diária
Classe: Informação Geral
Âmbito: Nacional
Tiragem: 80000

Temática: Justiça²
Dimensão: 1914 cm
Imagem: S/Cor
Página (s): 1/2/3



cando o nome de Ana Peres para substituir Ivo Rosa nos demais casos: quanto aos casos que tinha em mãos, “enquanto durar o regime de exclusividade, o Exmo. Senhor dr. Juiz Ivo Rosa será substituído, no serviço remanescente, pela Exma. Senhora Juíza dra. Ana Peres, do Quadro Complementar de Lisboa (‘Bolsa de Juízes’ de Lisboa)”.

Um dos inquéritos mais mediáticos que o juiz madeirense tinha em mãos era o da EDP, que visa Manuel Pinho, António Mexia, Ricardo Salgado e João Manso Neto, presidente da EDP. Esta é uma das pastas mais complexas que cairão nas mãos da juíza Ana Peres – a magistrada que presidiu ao coletivo que julgou o chamado caso Casa Pia.

O CASO E-TOUPEIRA A Benfica SAD e Paulo Gonçalves compraram os funcionários judiciais José Silva e Júlio Loureiro com o objetivo de ter acesso a informação sigilosa de investigações criminais e assim poderem antecipar-se às diligências das autoridades, inclusivamente destruindo provas. Esta é a tese do Departamento de Investigação e Ação Penal de Lisboa, que acusou estes quatro arguidos por crimes de corrupção passiva e ativa, favorecimento pessoal, violação do segredo de justiça, recebimento indevido de van-

tagem, peculato, falsidade informática e acesso indevido.

Em troca de bilhetes e merchandising do Benfica, tanto José Silva como Júlio Loureiro, que também era um canal de acesso interno a informação sobre arbitragem, o clube da Luz terá conseguido iludir “a investigação ao ter conhecimento antecipado de diligências e atos processuais” que os dois funcionários comunicavam “aos visados Paulo Gonçalves e Benfica SAD”.

“Agiram com o propósito de evitar que o clube e Paulo Gonçalves fossem acusados, julgados e condenados numa pena, permitindo a destruição ou ocultação de prova”, refere a acusação.

O Benfica fez saber que não existem evidências de que informações tenham sido usadas

Paulo Gonçalves já abandonou o Benfica para se dedicar à sua defesa

O procurador Valter Alves, do DIAP de Lisboa, vai mais longe e considera mesmo que tudo foi feito para “beneficiarem a Benfica SAD com informações reservadas, ou antecipadas, de processos e diligências que vivavam a arguida ou seus elementos, ou clubes e elementos de clubes adversários, assim permitindo acesso a informação a que não tinham direito”.

A atuação de Paulo Gonçalves, refere a acusação, era do conhecimento de Luís Filipe Vieira. “As entregas aos arguidos José da Silva e Júlio Loureiro eram do conhecimento do presidente da sociedade anónima desportiva, que as autorizava ou delas tomava conhecimento por correio eletrónico, sem nunca as impedir, pois tal era para benefício da arguida [Benfica SAD], assim querendo e aceitando todas as condutas.”

No pedido de abertura de instrução, o Benfica fez saber que, em sua opinião, “não existem factos que evidenciem que a SAD fez uso das informações alegadamente acedidas e recolhidas” pelas “toupeiras”. E adianta ainda que a acusação confunde a SAD com Paulo Gonçalves, transmitindo para a primeira aquilo de que o segundo é suspeito.

Paulo Gonçalves abandonou entretanto o Benfica com a justificação de que precisava dedicar-se à sua defesa neste caso.

JUSTIÇA

Bruno de Carvalho foi ao DIAP de Lisboa

O ex-presidente do Sporting tomou a iniciativa de ir ontem ao MP para pedir esclarecimentos sobre a investigação ao ataque de Alcochete

O ex-presidente leonino Bruno de Carvalho foi ontem de manhã ao Departamento Central de Investigação e Ação Penal (DCIAP), de forma voluntária, para prestar declarações sobre o ataque à Academia de Alcochete, que aconteceu a 15 de maio. No entanto, o antigo dirigente do Sporting acabou por ser encaminhado para o DIAP de Lisboa, que é quem está a investigar o caso.

Em comunicado, o Ministério Público (MP) não explica as circunstâncias em que se deu esta deslocação, mas garante que o advogado “dirigiu um requerimento ao DIAP de Lisboa” que acabou por ser aceite e “será apreciado no âmbito do referido processo”.

Segundo as declarações de uma fonte próxima da defesa de Bruno de Carvalho ao “Record”, o ex-presidente dos leões quis ver esclarecidos os

casos a que o seu nome tem aparecido ligado.

Sabe-se que o ex-dirigente do Sporting tomou a iniciativa de prestar as supostas declarações apenas um dia depois de um funcionário do Sporting, Bruno Jacinto, ter sido ouvido no decorrer do primeiro inquérito judicial do processo em questão.

O funcionário do Sporting, que na altura das agressões em Alcochete era oficial de ligação dos adeptos, está indiciado pela prática de 53 crimes: em coautoria, de mais de 20 crimes de ameaça agravada, 12 crimes de ofensa à integridade, 20 crimes de sequestro e um outro crime de terrorismo. Sabe-se também que Bruno Jacinto acabou por ficar em prisão preventiva.

Com a detenção de funcionário do Sporting, este será o 38.º elemento que está em prisão preventiva, por alegado envolvimento no ataque de 15 de maio.

A decisão de Bruno de Carvalho, de pedir este esclarecimento, surge dois dias após manifestar a sua vontade em ser assistente no processo em causa. Esse pedido acabou por ser negado por um juiz do Tribunal de Barreiro. E.C.

Lucília Gago toma hoje posse como PGR

Sucedendo a Joana Marques Vidal, Lucília Gago toma hoje posse no Palácio de Belém

A nova Procuradora-Geral da República (PGR), Lucília Gago, toma hoje posse no Palácio de Belém. Lucília Gago foi nomeada pelo Presidente da República como a nova PGR no dia 20 de setembro, para suceder no cargo a Joana Marques Vidal.

Marcelo Rebelo de Sousa defende a escolha da nova PGR com a “limitação de mandatos, em homenagem à vitalidade da Democracia, à afirmação da credibilidade das Instituições e à renovação de pessoas e estilos, ao serviço dos mesmos valores e princípios”, lê-se numa nota publicada no site oficial da presidência.

O documento que foi enviado pelo primeiro-ministro António Costa ao Presidente da República também considera Lucília Gago como alguém com capacidade para manter a “continuidade da linha de salvaguarda do Estado de Direito Democrático, do combate à corrupção e da defesa da Justiça igual para todos, sem condescendências ou favoritismos para com ninguém”.

Numa outra nota publicada no portal da Presidência da República, Marcelo Rebelo de Sousa garante que “nunca manifestou, pública nem privadamente, qualquer posição” no que diz respeito à nomeação da nova PGR. “Pelo contrário, sempre afirmou que essa matéria era apenas objeto de apreciação, uma vez apresentada a proposta do primeiro-ministro”, disse, E.C.